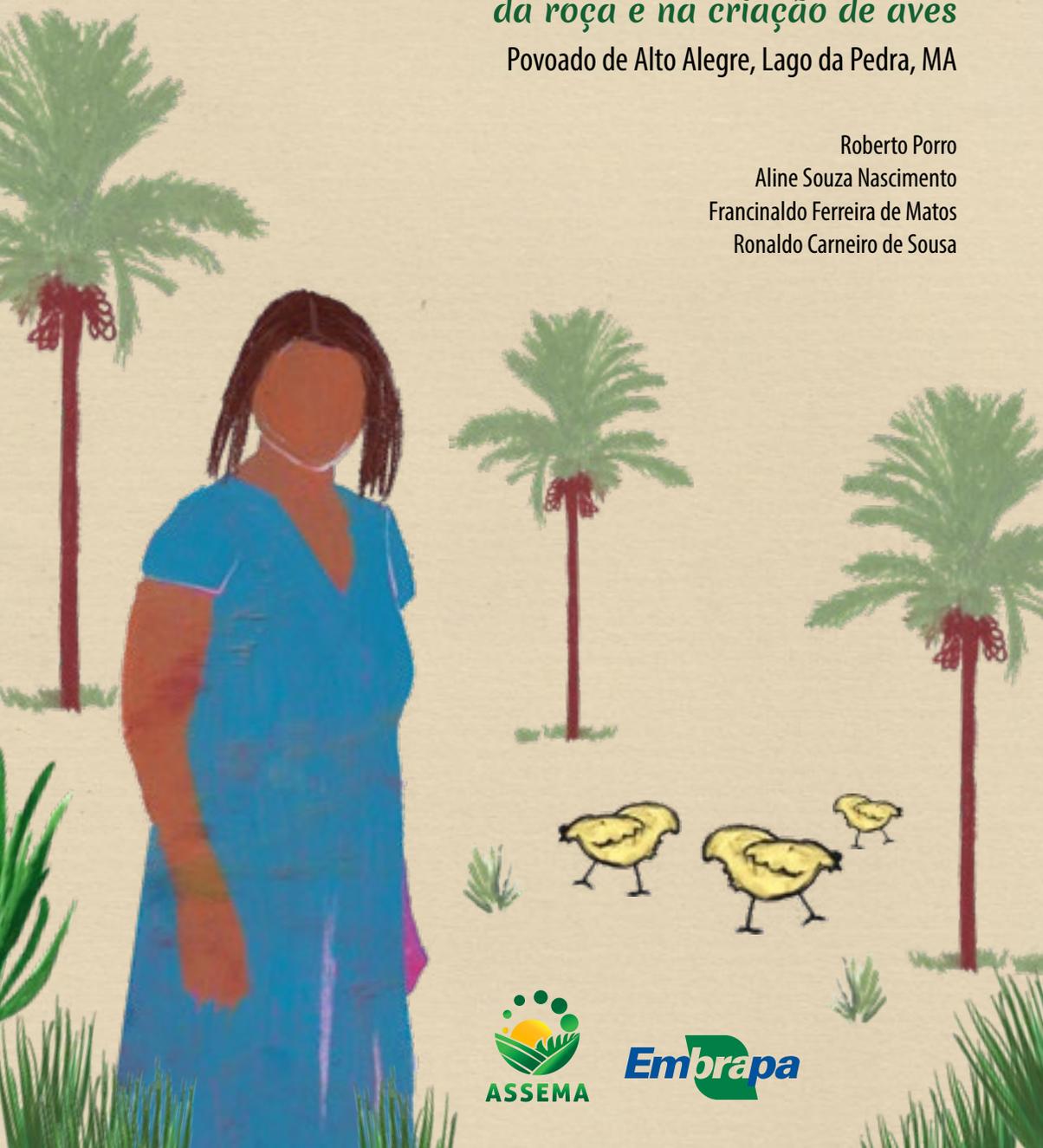


*A vivência dos Freitas no manejo
da roça e na criação de aves*

Povoado de Alto Alegre, Lago da Pedra, MA

Roberto Porro
Aline Souza Nascimento
Francinaldo Ferreira de Matos
Ronaldo Carneiro de Sousa



**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia
Embrapa Amazônia Oriental
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão**

Mestres do Agroextrativismo no Mearim
Volume 21

***A vivência dos Freitas no manejo da roça
e na criação de aves***

Povoado de Alto Alegre, Lago da Pedra, MA

*Roberto Porro
Aline Souza Nascimento
Francinaldo Ferreira de Matos
Ronaldo Carneiro de Sousa*

Embrapa
Brasília, DF
2020

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Parque Estação Biológica (PqEB)
Av. W5 Norte (final)
70770-917 Brasília, DF
Fone: (61) 3448-4700
Fax: (61) 3340-3624
www.embrapa.br/fale-conosco/sac/

Embrapa Amazônia Oriental

Trav. Dr. Enéas Pinheiro, s/nº
Caixa postal 48
66095-903 Belém, PA
Fone: (91) 3204-1000
Fax: (91) 3276-9845

Unidade responsável pelo conteúdo

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Comitê Local de Publicações
Presidente
Marília Lobo Burle

Secretária-executiva
Ana Flávia do N. Dias Côrtes

Membros

Antonieta Nassif Salomão; Bianca Damiani Marques; Diva Maria Alencar Dusi; Francisco Guilherme V. Schmidt; João Batista Teixeira; João Batista Tavares da Silva; Maria Cléria Valadares-Ingliš; Rosameres Rocha Galvão; Tânia da Silveira Agostini Costa

Editores técnicos da coleção
Roberto Porro
Anderson Cássio Sevilha

Embrapa

Parque Estação Biológica (PqEB)
Av. W3 Norte (final)
70770-901 Brasília, DF
Fone: (61) 3448-4236
Fax: (61) 3448-2494
www.embrapa.br

Unidade responsável pela edição

Embrapa, Secretaria-Geral

Coordenação editorial
Alexandre de Oliveira Barcellos
Heloiza Dias da Silva
Nilda Maria da Cunha Sette

Supervisão editorial
Waldir Aparecido Marouelli

Revisão de texto
Maria Cristina Ramos Jubé
Lara Aliano Farias da Silva Pereira

Normalização bibliográfica
Ana Flávia do N. Dias Côrtes
Rejane Maria de Oliveira (CRB-1/2913)

Projeto gráfico e ilustrações
Sílvia Moan

Diagramação e arte-final da capa
Leandro Sousa Fazio

1ª edição

1ª impressão (2020): 500 exemplares

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

A vivência dos Freitas no manejo da roça e na criação de aves : Povoado de Alto Alegre, Lago da Pedra, MA / Roberto Porro ... [et al.]. – Brasília, DF : Embrapa, 2020.
54 p. : il. ; 16 cm × 22 cm. – (Mestres do agroextrativismo no Mearim, 21)

ISBN 978-65-87380-01-8 (obra compl.). – ISBN 978-65-86056-74-7 (v. 21)

1. Médio Mearim. 2. Extrativismo sustentável. 3. Manejo. 4. Boas práticas. 5. Agricultura familiar. I. Porro, Roberto. II. Nascimento, Aline Souza. III. Matos, Francinaldo Ferreira de. IV. Sousa, Ronaldo Carneiro de. V. Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. VI. Coleção.

CDD (21 ed.) 630.5

Ana Flávia do N. Dias Côrtes (CRB-1/1999)

© Embrapa, 2020



Autores

Roberto Porro

Engenheiro-agrônomo, doutor em Antropologia Cultural, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA

Aline Souza Nascimento

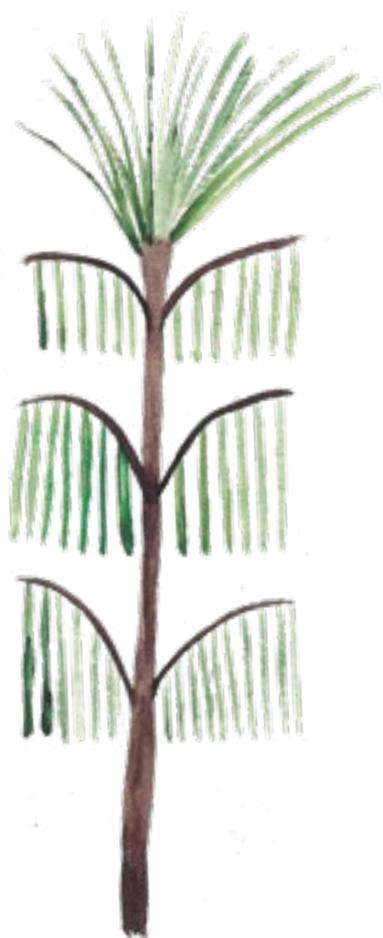
Cientista social, mestranda da Universidade Federal do Pará, Belém, PA

Francinaldo Ferreira de Matos

Administrador de empresas, mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, assessor do Movimento Interstadual das Quebradeiras de Coco-Babaçu, São Luís, MA

Ronaldo Carneiro de Sousa

Técnico em agropecuária, assessor da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão, Pedreiras, MA





Agradecimentos

Agradecemos o apoio institucional e financeiro concedido pela Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

Aos diretores e técnicos da Assema, que apoiaram a produção desta coleção, e especialmente às famílias que compartilharam conosco valiosas informações.

A todos aqueles que contribuíram na edição dos 30 volumes da coleção, especialmente à equipe de editoração da Embrapa. O apoio e engajamento de Nilda Sette e Waldir Marouelli foram fundamentais. E também ao Cláudio Quinto Filho, da Assema, e Renan Matias, do projeto Bem Diverso, pela elaboração dos croquis dos estabelecimentos rurais.

Esperamos que as publicações geradas contribuam para dar visibilidade aos objetivos de desenvolvimento e bem-estar das comunidades agroextrativistas do Território do Médio Mearim, no estado do Maranhão.





Apresentação

Promover o desenvolvimento local e conservar a biodiversidade brasileira é um dos objetivos do projeto Bem Diverso, implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Com foco nesse objetivo, foi elaborada uma coleção de 30 publicações, intitulada Mestres do Agroextrativismo no Mearim, em parceria com a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema).

As publicações trazem experiências e iniciativas locais consideradas bem-sucedidas no manejo sustentável da agricultura e do extrativismo da palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.).

A apresentação dessas experiências nesta coleção, realizada em conjunto pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e a Embrapa Amazônia Oriental, marca mais uma etapa do trabalho desenvolvido pelas Unidades do projeto Bem Diverso, e reúne capacidades técnicas de inovação em biomas tão importantes como a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga, que se cruzam no Território da Cidadania do Médio Mearim.

Tendo como base as iniciativas para o manejo sustentável da palmeira babaçu, a coleção aborda temas como reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas; cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área; cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental; comercialização de hortaliças produzidas de forma sustentável; pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais; inovações na criação de pequenos animais; processamento local de frutas, mandioca ou leite e processamento do babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato.

Essa diversidade de temas mostra que estabelecer parcerias, como esta entre a Embrapa e diversas entidades, valoriza o trabalho de centenas de famílias agroextrativistas que realizam atividades exitosas no manejo sustentável e ajuda a manter e divulgar os princípios que são tão caros para a unidade familiar de produção, preservando o passado e antecipando o futuro, com os saberes tradicionais e as tecnologias de ponta em um só compasso.

Maria Cléria Valadares-Inglis
Chefe-Geral da Embrapa Recursos
Genéticos e Biotecnologia





Prefácio

Mais de 130 mil pessoas vivem na área rural do Território do Médio Mearim, sobretudo agricultores familiares, assentados e comunidades quilombolas. O Médio Mearim encontra-se numa zona de transição entre a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga. Ao longo dos anos, o território perdeu boa parte da sua cobertura florestal nativa, por conta do desmatamento para formação de pastagens e agricultura extensiva. A palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.), que sempre esteve presente na rica composição da vegetação originária que cobria o território, passou a dominar a paisagem em sucessão, tornando-se a espécie florestal predominante, cobrindo vastas áreas chamadas de babaçuais, que se tornaram a base do sustento de milhares de famílias no Médio Mearim.

Por essa razão, as comunidades lutam pela proteção das palmeiras, que sofrem pressão graças à tendência de sua eliminação por pecuaristas. Essa luta é protagonizada principalmente por mulheres, as quebradeiras de coco, que, além de coletar e processar o coco-babaçu, se organizam em movimentos sociais para garantir o acesso livre aos babaçuais, tanto em áreas públicas como privadas.

No início de 2017, a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) iniciou



uma parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), por meio do projeto Bem Diverso, para viabilizar a disseminação e replicabilidade de boas práticas de manejo agroextrativista realizadas no Território da Cidadania do Médio Mearim, Maranhão.

Um dos objetivos da atividade consistia em reconhecer e dar visibilidade ao esforço concreto do dia a dia das famílias agroextrativistas da área de atuação da Assema.

Com base em processo conduzido pela Assema, foram selecionadas 30 famílias entre as unidades produtivas agroextrativistas, em nove municípios do território. A seleção levou em conta o destaque das famílias na condução de uma ou mais das seguintes atividades: 1) reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas e conservação da biodiversidade; 2) cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área; 3) cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental; 4) cultivo comercial de hortaliças; 5) pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais; 6) inovações na criação de pequenos animais; 7) processamento de frutas, mandioca ou leite; 8) processamento do coco-babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato.

A sistematização e a apresentação das iniciativas locais bem-sucedidas das famílias selecionadas, no manejo sustentável da agricultura e do extrativismo da palmeira babaçu, bem como os principais componentes do modo de vida de unidades familiares de produção no Médio Mearim são apresentados nos 30 volumes da coleção. Cada publicação retrata, portanto, o trabalho muito mais amplo realizado por centenas de famílias no território.



Este volume consiste na sistematização das iniciativas e práticas de manejo realizadas no estabelecimento rural da família Freitas, no povoado de Alto Alegre, município de Lago da Pedra, MA. A família se destaca pelas inovações na criação de aves aliada ao manejo da roça tradicional.

É importante destacar que, em praticamente todos os casos sistematizados, a iniciativa das famílias não se restringe a apenas uma atividade principal. É comum que duas ou três atividades predominantes sejam integradas no estabelecimento rural, onde também são executadas diversas outras atividades complementares.

Em cada caso, identificam-se as dimensões do caráter exitoso observado pela equipe de pesquisadores, técnicos e agentes de desenvolvimento que conduziram este trabalho ao longo de 18 meses, colhendo depoimentos, imagens e gerando textos que poderão ser utilizados em processos de aprendizado e compartilhamento do conhecimento, contribuindo, assim, para a divulgação do esforço desses mestres e mestras do agroextrativismo no Médio Mearim.

Convidamos, assim, leitores e leitoras a conhecer e compartilhar essas histórias.

Raimundo Ermino Neto
Coordenador-Geral da Associação em
Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão





Sumário

Breve trajetória **15**

Estabelecimento familiar **19**

Roça, galinhas caipiras
e coco-babaçu **25**

Meios de vida **33**

Lições aprendidas e desafios **39**

Referências **43**



O casal Rita Cardoso de Freitas e Antônio Alves de Freitas.



Breve trajetória

A quebradeira de coco-babaçu Rita Cardoso de Freitas (57 anos) é casada com o agricultor e professor Antônio Alves de Freitas (61 anos). O casal vive e trabalha num lote situado no povoado de Alto Alegre, distante 5 km da sede do município de Lago da Pedra. Casados há 35 anos, dona Rita e seu Antônio possuem dois filhos, Francisco e Francinaldo, que moram no mesmo lote, mas em residências próprias com suas respectivas famílias.

Dona Rita nasceu numa comunidade próxima chamada Lago Preto, distante 3 km do local onde atualmente mora. Seu Antônio é cearense, natural de Ipu, e veio criança para o Maranhão, em 1958. Antes, porém, seus pais já haviam ido ao estado duas vezes, em 1943 e em 1953, mas retornaram pouco tempo depois em decorrência de problemas de saúde do pai. As idas e vindas foram feitas a pé, cada viagem durava em torno de 30 dias. Inicialmente, em 1943, ficaram na comunidade de Batatau, em terras que hoje situam-se no município de Lago do Junco, que havia sido fundada por seu avô, João Vicente de Lema, por volta da década de 1930, quando de sua chegada ao Maranhão. Em 1958, o pai de seu Antônio faleceu, e sua família – que na época era composta pela mãe, dona Carmina Maria de Sousa, e Francisca Alves de Freitas, irmã de Antônio – ficou definitivamente no Maranhão.

Em 1966, dona Carmina casou-se com seu Adécio José de Sousa, e foram morar em Alto Alegre. O padrasto era irmão da dona da propriedade, que se chamava Angelita de Sousa Borges, e, em 1969, após o falecimento do esposo desta, as terras lhe foram tomadas por um fazendeiro de São Luís, chamado Wady Sauaia, que se apropriou de uma área total de cerca 3.100 ha (hectares), que incluía terras cultivadas pelos residentes de Alto Alegre, Lago Preto, e dois outros povoados vizinhos: Lago da Cabaça e Santa Fé (Porro, 1997).

Foto: Aline Nascimento



Trecho do povoado de Alto Alegre, às margens da rodovia MA-245.



A mudança de dono fez com que as cobranças e condições impostas pelo uso da terra se tornassem abusivas: “feijão e fava não plantavam porque o dono não deixava, pois tinha que desocupar logo a terra”. Então, 64 famílias que ali residiam começaram a exigir a intervenção do Estado, e, para não perder a causa, o fazendeiro vendeu a terra para Waldir Jorge de Melo, que, na época, era o chefe político de Lago da Pedra e se interessou em adquirir terras tão próximas à cidade, valorizadas por estarem às margens da MA-245, rodovia que liga Lago da Pedra a Bacabal, pavimentada desde 1974.

O conflito se iniciou em 1979 e se intensificou em 1980 e 1981, marcado por torturas, prisões de agricultores e destruição de roçados, como relembra seu Antônio: “nós botava de 400 linhas [128 ha] de roça e eles iam por detrás, sapeçavam de noite, jogavam capim nas roças”. Contudo, essas ações não se deram sem resistência e, como forma de defesa, “às vezes, nós atacávamos o carro, tomávamos as sementes e queimávamos; os caras corriam atrás de nós e nós corríamos atrás dos caras”.

No início de 1981, após ação violenta que feriu e resultou na prisão ilegal de agricultores de Alto Alegre, a Igreja Católica ofereceu assistência jurídica aos lavradores e mediou um acordo com o fazendeiro, que resultou no compromisso dele em ceder para o Estado uma área de 400 ha. Em razão da quantidade de famílias para uma área tão pequena, nem mesmo um projeto de assentamento oficial foi possível criar.

A área foi desmembrada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) somente em 1983, quando cada uma das 64 famílias que se mobilizaram para o conflito recebeu 5 ha. Um lote comunitário de 5 ha foi demarcado, e os 75 ha restantes foram destinados a 30 famílias que não se envolveram no conflito, cada uma recebendo de 1 ha a 2 ha. Após a demarcação desses lotes, o Incra nunca mais atuou em Alto Alegre, deixando as famílias completamente desassistidas (Porro, 1997).

Seu Antônio ressalta que “quando a terra foi loteada, o dono não queria abrir mão, então ele jogou muita semente de capim e não teve jeito, quando capinzão nasceu foi o jeito fazer solta”. A propagação do capim, somada à ausência do Estado, resultou que, após alguns anos, a grande maioria das famílias deixou a terra, vendendo seus lotes a fazendeiros e interessados em formar chácaras de final de semana, descaracterizando as terras que seriam destinadas para a produção familiar (Porro, 1997). A família de seu Antônio e dona Rita foi uma das poucas envolvidas na luta pela terra, que, ainda hoje, permanece em Alto Alegre.

Foto: Aline Nascimento



Residência da família em Alto Alegre, Lago da Pedra.

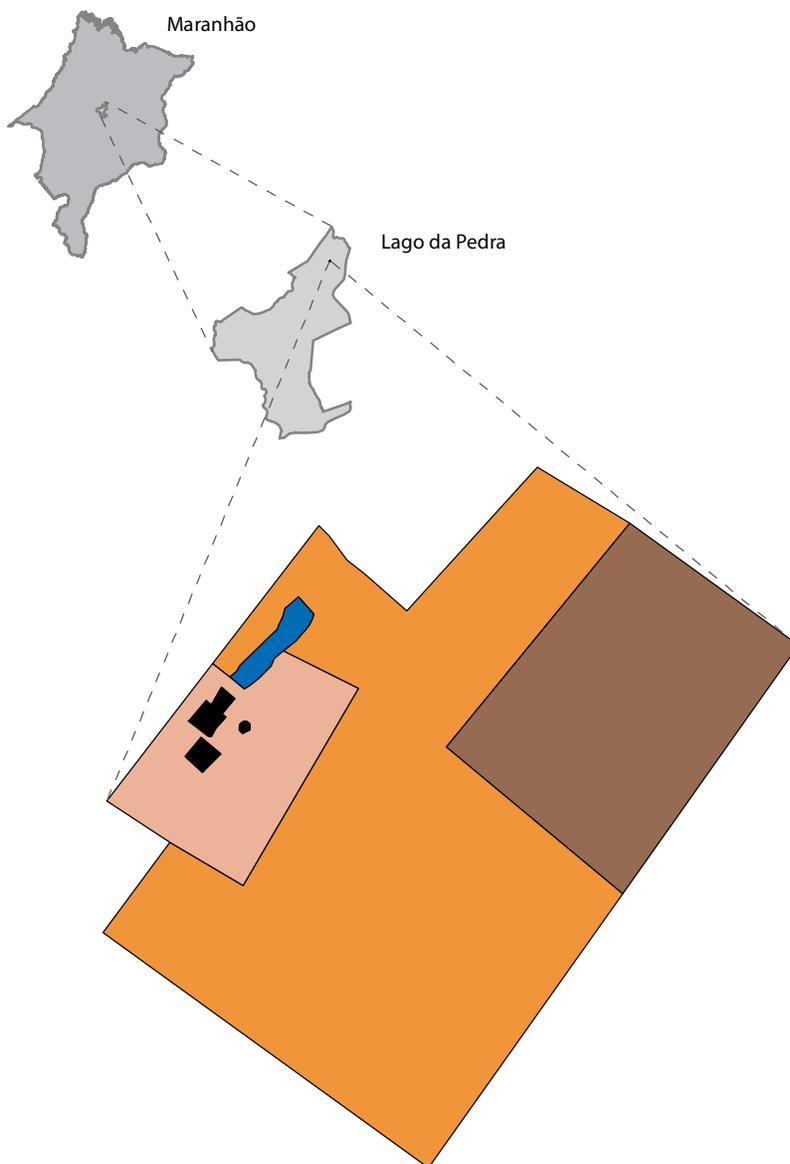




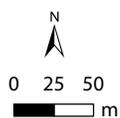
Estabelecimento familiar

No período da divisão das terras, o padraсто de seu Antônio havia falecido. Por isso, em 1983, “quando o Incra veio entregar os hectares, quem recebeu foi minha mãe”. Seu Antônio passou, então, a cuidar do lote que havia recebido enquanto assentado e do lote da mãe. Após o falecimento dela, em 2014, a terra lhe foi repassada. Desse modo, o croqui representa essas duas áreas, que, juntas, somam cerca de 10 ha, onde foi estabelecida sua moradia e a dos seus dois filhos.

A área é coberta em sua quase totalidade por pastagem formada com capim-braquiarião. A maior parte do pasto (6,6 ha) apresenta-se associado a uma densidade média de babaçu (30 a 60 palmeiras por hectare), enquanto, no restante (2,5 ha), o babaçu está em densidade alta (acima de 60 palmeiras por hectare). O capim havia sido plantado pelo fazendeiro na época do conflito. Dona Rita afirma que a família ainda “pelejou para acabar, ficou botando uns pedacinhos de roça mesmo miudinho”, mas não houve alternativa. E, em razão disso, seu Antônio criou gado por 30 anos, tendo repassado, recentemente, em 2015, a pastagem para os filhos criarem seus próprios animais. Atualmente, o rebanho criado pelos filhos totaliza 12 cabeças, sendo 2 vacas e 10 garrotes.



- Agrofloresta (1,2 ha)
- Pasto com babaçu (média densidade) (6,6 ha)
- Pasto com babaçu (alta densidade) (2,5 ha)
- Construções (376 m²)
- Açude (935 m²)



Localização e croqui do estabelecimento familiar.

Fonte: Adaptado de Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

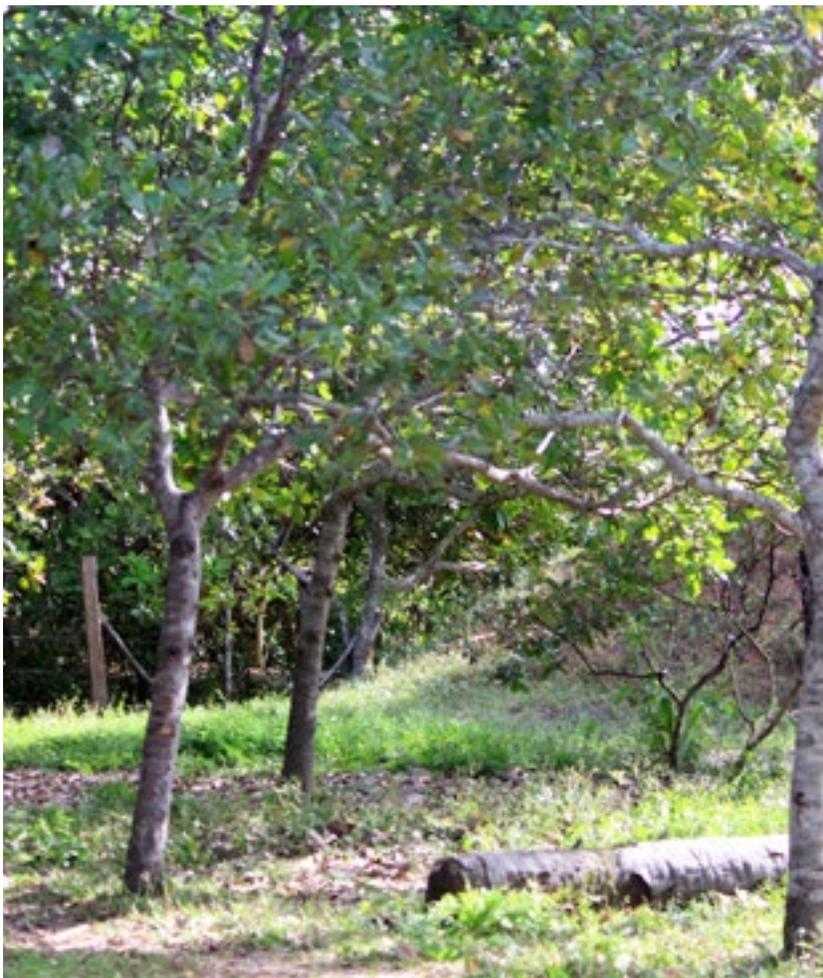


Foto: Aline Nascimento

Palmeiras de babaçu em média densidade associadas a pastagens.

No estabelecimento, há somente uma área de 1,2 ha que não está tomada por capim. Nesta, se encontra um plantio de 0,5 ha da leguminosa sabiá. Quando a família recebeu o lote, já “tinha uma moitinha de sabiazeiros, então eu conservei. Ele vai jogando umas sementes e aumentou”. A madeira do sabiazeiro é usada principalmente para construção de cercas, “quando precisa de uma estaca, para não comprar caro, então a gente conserva”.

Ao redor das três casas, situadas às margens da rodovia MA-245, a família instalou um Sistema Agroflorestal (SAF). O SAF inclui árvores fruteiras como cajueiro (20), goiabeira (10), aceroleira (8), mangueira (2), serigueleira (2) e jenipapeiro, que são utilizadas para a alimentação da família e fornecem sombra para as galinhas que, nesse sistema, são criadas livres na maior parte do tempo.



Pomar de árvores frutíferas, ao lado da residência da família.

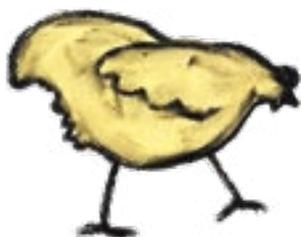
O açude, medindo 935 m² e localizado próximo às residências, fornece água para o gado. Nele, são criados cerca de 3 mil peixes das espécies tambaqui e curimã, cujos alevinos são comprados em Lago da Pedra e Lago do Junco.



Foto: Aline Nascimento

Seu Antônio alimentando os peixes no açude, próximo à casa da família.

A família possui outra área, de 7 ha, em Lago Preto, recebida em 2014 como herança por dona Rita. No local, distante 3 km de Alto Alegre, há uma pastagem de 4 ha e áreas para plantio de feijão, milho, abóbora, quiabo, maxixe, mandioca e macaxeira. Como “a terra lá é ‘ariusca’ [arenosa], não dá para plantar arroz”. Nessa área, atualmente, está apenas a roça, embora o desejo de dona Rita seja “construir um rancho mesmo de palha”, por gostar demais do local.





Roça, galinhas caipiras e coco-babaçu

Seu Antônio é professor na comunidade há 26 anos. Atualmente, é funcionário do município, e leciona para turmas do quinto ano do ensino fundamental. As aulas estão acontecendo em casas alugadas na comunidade, como o Clube Santana, por causa do estado precário da escola. Mesmo lecionando, seu Antônio nunca abandonou o trabalho na roça, cultivada nas terras do Lago Preto. Nos últimos anos, tem plantado uma média de 1,0 ha, e, no ano agrícola de 2016/2017, colheu 1.800 kg (quilogramas) de milho, 100 kg de feijão e 30 kg de fava.

Dona Rita e seu Antônio cultivam a roça no sistema tradicional, de corte-e-queima. Dona Rita conta que, no dia da queima, ela fica num aceiro e seu Antônio em outro, cuidando para que o fogo não se alastre. Como o pedaço de chão é pequeno, não costumam contratar diaristas para ajudar no processo. Quando sobra tempo do trabalho, Francisco também contribui.

Enquanto seu Antônio leciona, dona Rita divide seu tempo entre os afazeres domésticos, sua criação de galinhas e o cuidado aos netos, que “vivem animando a casa”.



Casa alugada onde seu Antônio leciona o ensino fundamental.

A disposição de dona Rita é própria de uma mulher “trabalhadeira” que desde cedo esteve envolvida nas atividades produtivas dos pais, ou como ela mesmo faz questão de enfatizar, de quem “cresceu os dentes quebrando coco”. Seus movimentos incansáveis também ocorrem por proporcionarem bem-estar físico, em virtude disso, “não me aquieto não, logo o médico disse que se eu parar fico entrevada”.

Dona Rita já nem recorda há quantos anos trabalha com a criação de aves, mas seu Antônio afirma que “ela cria desde quando casamos”. O principal objetivo da criação é a venda de ovos. O galinheiro consiste numa construção de madeira coberta de telhas de cerâmica, que é aberto e utilizado também como depósito de materiais diversos. Nesse galinheiro, situam-se os locais de postura das galinhas, feitos de palha de palmeira babaçu e jacás de taquara.



Foto: Aline Nascimento

Galinhas criadas por dona Rita.

Para dormir, elas sobem nos galhos das árvores no quintal. Dona Rita conta que prepara os locais de postura para cada uma, mas, quando se espanta, “tem até cinco juntas”.

A família cria aves comuns (caipiras) e as caipironas, como chamam as aves compradas ainda pequenas, com cerca de 20 dias. Essas são adquiridas uma vez por ano, preferencialmente no verão, em Lago da Pedra. São criadas como animais de estimação que foram “enjeitados” (abandonados ao nascer), e, quando estão grandinhas, com cerca de 3 meses, são soltas. Seu Antônio prefere comprar as aves de penugem escura, porque quando grandes elas se tornam “boas de ovos”. Dona Rita ressalta que “acho melhor até para a gente comer, porque quase não apresentam diferença da comunzinha [caipira]”. As caipironas, como o nome indica, apresentam características similares às caipiras, mas crescem mais do que as comuns, põem ovos graúdos e com frequência, ficam chocas por no máximo 3 dias. Segundo dona Rita, “são comedeiras, engordam bastante e com facilidade”.



Dona Rita alimentando as galinhas com milho.

O cuidado com as aves inicia logo cedo, quando elas são alimentadas com milho, colhido da roça e armazenado em caixas de plástico ainda na espiga, e que vai sendo debulhado no momento de ser lançado a elas. Dona Rita vai inúmeras vezes por dia ao galinheiro para recolher os ovos que as aves vão pondo, para evitar que animais como o tiú (uma espécie de lagarto) e cachorros cheguem antes dela e os devorem.



Foto: Aline Nascimento

Dona Rita retirando ovos de “ninho” utilizado pelas galinhas.



Dona Rita, atualmente, possui 40 galinhas, pois “ano passado, no verão, tirou umas dez porque estavam muito gordas”. As aves são criadas enquanto estão botando ovos. Segundo ela, “quando ficam velhas ou gordas demais, ou come ou vende”.

No período mais quente do ano, “as folhas das árvores caem e fica menos sombra, então elas se afadigam e ficam cansadas”. Com o intuito de aliviar a quentura, seu Antônio “joga água debaixo dos pés de caju e elas ficam lá deitadas”. Além disso, a casa onde ficam suspensos os galinheiros é coberta de telha, mas “é bom uma casinha de palha porque é mais fria”, porque o calor afeta a produtividade e impede que elas também “tirem pinto”. Dona Rita também acredita que “elas não tiram pintos, porque dizem que o mínimo deve ser 4 galos para 40 galinhas, e aqui só tem dois”.

As galinhas são a principal criação da família, mas o casal, ocasionalmente, cria porcos e possui, há 13 anos, a criação de peixes no açude. Os alevinos são comprados em Lago da Pedra e Lago do Junco e alimentados com ração e, principalmente, milho e mandioca colhidos da roça. Dona Rita afirma que “se você jogar, até manga eles comem, quando você pega um para tratar, a barriga está cheia”.

Além de “criadeira” de galinhas, dona Rita também é quebradeira de coco-babaçu. Em virtude da idade e das tantas atividades que realiza, atualmente, ela “quebra só pro gasto, para fazer o carvão, para tirar um azeite, tirar um leite”, pois “precisei de um azeite e nem pra fazer remédio num tinha e meu marido disse: ‘compra’. E eu disse: compro nada, vou é tirar. Agora na hora que precisar eu tenho”.

O coco é coletado no pasto da família, pois “nosso terreno é pequeno, mas tem muita palmeira, meu marido nunca derrubou”. Como a pastagem fica próxima da moradia, geralmente “ajunto na horinha fria, boto a carga no jumentinho que a gente tem e caminho



Foto: Aline Nascimento

Palmeiras de babaçu em média densidade associadas a pastagens.

pra aqui e pra acolá nas palmeiras com a vasilhinha botando na carga”. Entretanto, quando mais nova “eu juntava no terreno todinho, dava duas carradas e meia no caminhão, eu vendia uma e ficava com a outra para eu quebrar”.

Dona Rita também afirma que “tem vez que boto o coco aqui e quando acho alguém que quebre, ela fica com o bago e eu com a casca”, que é aproveitada para a produção do carvão, que é feito em caieira (forno para fabricar carvão, cavado no solo) cavada por ela mesma. Outras mulheres também coletam na área da família, o que ela incentiva porque impede que os cocos nasçam aos pés das palmeiras.

No ano anterior à entrevista, dona Rita vendeu 960 kg de amêndoas, comercializadas no próprio povoado. Além das amêndoas vendidas, ela produziu 10 L (litros) de azeite, 0,5 L de leite e 6 kg de sabão feitos a partir do coco-babaçu, assim como nove latas de paú de babaçu, utilizado como adubo orgânico nos plantios. O carvão é produzido a cada 2 semanas, numa quantidade média de sete latas em cada ocasião, o que resulta num total anual de cerca 840 kg.

Foto: Aline Nascimento



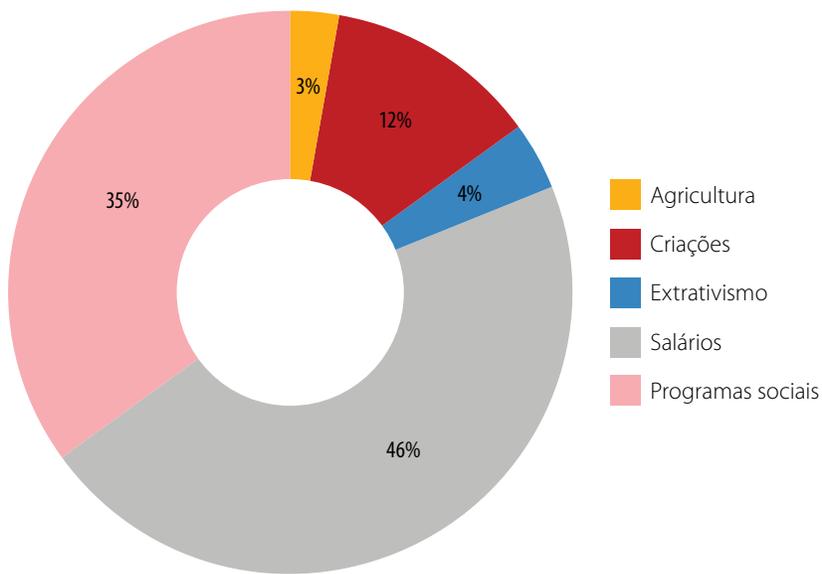
Dona Rita quebrando coco-babaçu no quintal de casa.



Meios de vida

O gráfico a seguir, elaborado com base nas informações fornecidas pelo casal em entrevista realizada em agosto de 2017, incluindo todas as fontes de renda monetária do domicílio para o ano anterior à entrevista, evidencia que os ganhos obtidos por seu Antônio enquanto professor e a aposentadoria de dona Rita se constituem nas principais fontes de renda da família, alcançando mais de 80% do total recebido pelo casal naquele ano.

A criação de aves também representa aporte significativo. No ano em questão, a família comercializou 384 dúzias de ovos, vendidas por R\$ 10,00 a dúzia. Tal produção equivale a cerca de uma dúzia a cada dia. Contudo, a produtividade das aves já foi maior. Houve períodos em que recolhia 20 ovos por dia. “O número de ovos diminuiu porque as galinhas mais gordas foram tiradas”. Dona Rita vende os ovos na própria comunidade. Quando não encontra compradores de imediato, os ovos são conservados na geladeira, por até 2 semanas, pois “não pode passar muito tempo porque estraga”.



Fontes de renda monetária familiar.

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

Foto: Aline Nascimento



Ovos produzidos pelas galinhas de dona Rita.

O peixe é destinado ao consumo familiar, mas “quando sobra um peixinho, nós vende”. No ano anterior à entrevista, não foram comercializados peixes, mas sim um leitão. Somado à venda dos ovos, o total obtido a partir da criação animal representou 12% da renda monetária anual do casal.

Mesmo tendo reduzido a quebra de babaçu depois da aposentadoria de dona Rita, o extrativismo representa 4% da renda familiar, obtidos a partir da venda de amêndoas. Já as cascas são aproveitadas para produção do carvão porque, como afirma dona Rita, “acho ruim quando não tem o carvão”.

A produção da agricultura também é expressiva, mas sua contribuição ocorre sobretudo para o consumo familiar e para a alimentação das aves. Da roça de feijão plantada em 2018, seu Antônio “colheu três sacos batidos e o que ficou lá deu pra alguns vizinhos”. O feijão colhido é trazido para casa e colocado sob o sol para secar. Após seco, é batido e guardado em garrafas para evitar que seja afetado por pragas.



Seu Antônio colocando a produção de feijão-caupi para secar.

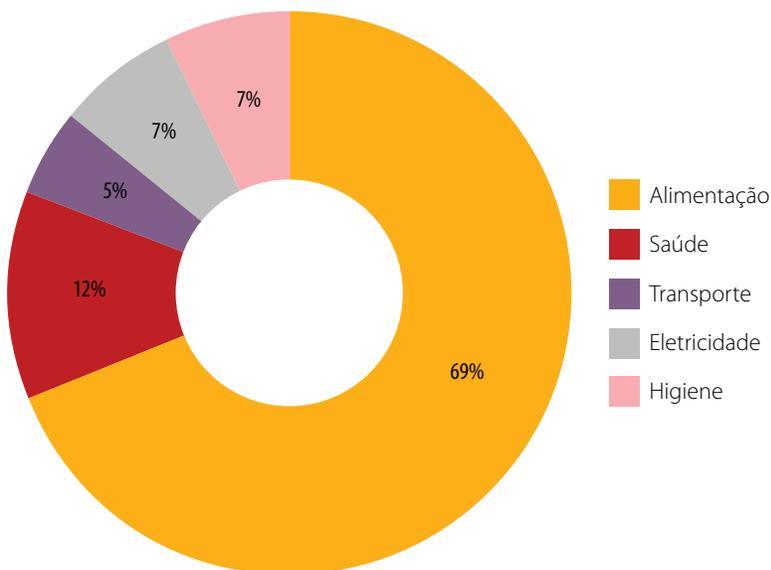


Seu Antônio acondicionando produção de feijão-caupi em garrafas pet.

A família também vende castanha-de-caju no período da safra, que ocorre nos meses de setembro e outubro, sendo comercializada uma média de 30 kg por ano a R\$ 3,50 o quilograma, em Lago da Pedra. Em 2018, a venda foi maior, cerca de 60 kg. Contudo, o preço caiu, alcançando apenas R\$ 2,20. O casal vende somente as castanhas que não prestam para assar, “tem umas que são furadas e não têm o bago, mas eles querem somente a casca para extração de óleo”. As melhores são selecionadas para os netos. A venda do excedente de feijão, somado às castanhas, representou 3% da renda monetária anual da família.

Com relação aos gastos familiares, o gráfico a seguir, elaborado com base nas informações fornecidas pelo casal sobre as despesas realizadas no mês anterior ao da entrevista, realizada em agosto de 2017, indica que os itens adquiridos para a alimentação alcançaram, naquele mês, mais de dois terços do gasto monetário mensal, seguido das despesas com saúde (12%).

As condições do terreno da família impossibilitam-na de produzir arroz, levando-a a comprá-lo, algumas vezes em comércios, nas usinas, ou de outros agricultores do povoado. Nesses dois últimos casos, o arroz é considerado mais saudável, mas está se tornando escasso, o que contribui para a elevação do preço e para que os gastos com alimentação sejam mais elevados. Soma-se a isso a necessidade de ter que adquirir itens que não produzem, como café, carne bovina e produtos industrializados como açúcar e óleo.



Gastos familiares.

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).





Lições aprendidas e desafios

Dona Rita cria galinhas porque gosta, mas confessa que “dá um trabalhinho quando está no choco, porque tem que amarrar ou prender, senão fica o tempo todo choca e não bota ovo”. Às vezes, passam 7 dias amarradas para parar o choco, exceto as caipironas, que chocam por no máximo 3 dias. No verão, também não é fácil, porque “as galinhas ficam cansadas e algumas morrem por conta da quentura”.

Na roça, os problemas enfrentados ocorrem no inverno porque “dá um mosquitinho no feijão e as vagens ficam ‘chochas’”, e, por conta disso, seu Antônio prefere plantar no final do inverno, “porque a chuva fica menos e o mosquito afasta mais”.

Além disso, diante da redução do estoque de terra de trabalho, em virtude da sua transformação em pastagem pelo fazendeiro, que visava impedir o uso das terras de Alto Alegre pelas famílias cujo sustento delas dependia, o engajamento na pecuária ilustra uma forma dinâmica do uso dos recursos pela família (Porro; Porro, 2015) e dos mecanismos criados para adaptação ao meio e às suas condições, muitas vezes adversas.

Somam-se a essas práticas de manejo as estratégias utilizadas para enfrentar as necessidades de consumo doméstico ao longo do tempo (Woortmann, 2009), como a criação de pequenos animais que complementa a remuneração obtida pelo seu Antônio, e o cultivo de hortaliças em canteiro suspenso no quintal da casa.

Foto: Aline Nascimento



Gado criado pela família refrescando-se no açude.

Foto: Aline Nascimento



Canteiro suspenso de hortaliças protegido com rede para evitar galinhas.

As narrativas de dona Rita e seu Antônio, carregadas de memórias de lutas, de resistência e afirmações, evidenciam a alegria de viver em harmonia com o “chão” onde pisam e no qual sempre almejaram viver com dignidade. Por meio das suas vivências é possível observar como a sucessão de ameaças e as barreiras à reprodução física e cultural dos agricultores provocaram o abandono de suas práticas tradicionais, o êxodo incerto e a desestruturação econômica de inúmeros núcleos familiares. No entanto, essas narrativas e vivências também revelam que processos de dominação e expropriação não ocorreram sem enfrentamentos (Santos, 2010), que expressaram a recusa à tentativa de controle imposta, e a elaboração de respostas e sentidos subjetivos e coletivos fundados no cotidiano do grupo social.



Foto: Aline Nascimento

Antônio e Rita reúnem a família no alpendre de sua residência.





Referências

ASSOCIAÇÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO. **Diagnóstico socioeconômico da agricultura familiar no Médio Mearim**: agosto-novembro 2017. [Pedreiras, MA: Assema], 2018. Relatório não publicado.

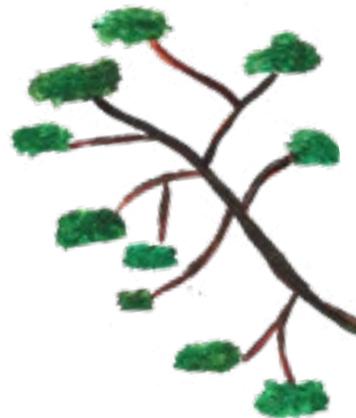
PORRO, R. **Remaking frontiers**: Land tenure recovery, collective action and survival strategies of agro-extractive peasants in the babassu zone, Brazil. 1997. Dissertação (Mestrado) – Centro de Estudos Latinoamericanos. Universidade da Flórida. Gainesville, Flórida.

PORRO, R.; PORRO, N. S. M. Identidade social, conhecimento local e manejo adaptativo de comunidades tradicionais em babaçuais no maranhão. **Ambiente & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 1-20, 2015.

SANTOS, M. da C. Pessoas, famílias na produção. In: SOARES, P. E. F.; ANTUNES, W. B. (Org.). **Chão de minha utopia**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p. 39-60.

WOORTMANN, E. F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 2, p. 119-129. (Estratégias de reprodução social, v. 2).





Coleção Mestres do Agroextrativismo no Mearim

Reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas e conservação da biodiversidade

- Volume 1 O novo reforço na produção agroflorestal de Domingos Mariano e Ivanilde
Quilombo São Bento do Juvenal, Peritoró, MA
- Volume 2 A produção da família Alves de Sousa aliada à recuperação do solo
Centro do Bertolino, Lago do Junco, MA
- Volume 3 A roça agroecológica da família de dona Sibá e seu João Valdeci
Centrinho do Acrísio, Lago do Junco, MA
- Volume 4 As vivências da família Sousa Lopes na construção da diversidade
Pau Ferrado dos Procópio, Lago do Junco, MA
- Volume 5 A preservação da biodiversidade pela família Santos
Povoado de Mangueira, Lima Campos, MA



Cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área

- Volume 6 A tradição da família de dona Belinha no cultivo do feijão abafado
Povoado do Lago do Sigismundo, Esperantinópolis, MA
- Volume 7 A recuperação da roça por meio de capoeiras de sabiá da família Soares
Povoado de São Manoel, Lago do Junco, MA
- Volume 8 As vivências da família Martins na produção agroecológica
Povoado Nova Olinda, Lima Campos, MA

Cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental

- Volume 9 As boas práticas da família Pereira Santana
Sítio Novo, Lago do Junco, MA
- Volume 10 Alcimar e Maria de Fátima e a tradicional prática da roça no toco
Vila Nova, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA
- Volume 11 As boas práticas de produção sustentável da família Araújo
Povoado Palmeiral, Esperantinópolis, MA

Cultivos comerciais sustentáveis de hortaliças

- Volume 12 As boas práticas na produção agroecológica da família Furtado
Centro da Zozima, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Volume 13 O exemplo da família de Josilene e Mizael no cultivo da horta

Povoado de Três Poços, Lago dos Rodrigues, MA

Volume 14 As inovações de Rosa e Tião para uma boa produção em pequenas áreas

Centro dos Passarinhos, Lago dos Rodrigues, MA

Pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais

Volume 15 As boas práticas dos Sousa na criação bovina em babaçuais

Povoado de São Manoel, Lago do Junco, MA

Volume 16 A integração de cultivos, criações e extrativismo pela família Cordeiro

São José dos Mouras, Lima Campos, MA

Volume 17 A experiência da família Meneses no manejo do babaçu em pastagens

Serra do Aristóteles, Poção de Pedras, MA

Inovações na criação de pequenos animais

Volume 18 A diversidade da criação animal da família Monteiro

Povoado Canafístula, Esperantinópolis, MA

Volume 19 A integração das atividades produtivas da família Sousa

Povoado Baixinha, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Volume 20 Sebastião e Maria de Fátima: produção aliada à conservação

Povoado Jenipapo, Esperantinópolis, MA



Volume 21 A vivência dos Freitas no manejo da roça e na criação de aves

Povoado de Alto Alegre, Lago da Pedra, MA

Processamento local de frutas, mandioca e leite

Volume 22 A diversificação da produção de dona Lila e seu Toinho

Comunidade Centro dos Cocos, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Volume 23 Dona Beta e seu Matias pela preservação da vida e do solo

Estrada da Vitória, Poção de Pedras, MA

Volume 24 As boas práticas de produção e processamento da família de Lúcia e Chico Fartura

Povoado Serrinha, Igarapé Grande, MA

Volume 25 A qualidade da produção tradicional de queijo por Francisca e José Meneses

Serra do Aristóteles, Poção de Pedras, MA

Processamento do babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato

Volume 26 Os saberes da família Rego da Silva e o artesanato com babaçu

Centro do Coroatá, Esperantinópolis, MA

Volume 27 As boas práticas de dona Alódia na produção do sabonete de babaçu da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Comunidade Ludovico, Lago do Junco, MA

Volume 28 A tradição do coco-babaçu na família de Francilene e Antônio Adão

Povoado São João da Mata, Lago dos Rodrigues, MA

Volume 29 A produção artesanal de azeite de babaçu da família Santos

Serra Quebrada, Poção de Pedras, MA

Volume 30 Francisca e Miguel e a beleza na produção do pacará

Centrinho da Aparecida, Lago do Junco, MA







O projeto Bem Diverso visa contribuir para a conservação da biodiversidade brasileira em paisagens de múltiplos usos, por meio do manejo sustentável de espécies e de sistemas agroflorestais (SAFs), de forma a assegurar os modos de vida das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares, gerando renda e melhorando a qualidade de vida.

Fruto da parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o projeto é executado com o apoio de organizações do governo e da sociedade civil com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). As atividades tiveram início em 2016 e vão até 2020. Os principais eixos são a promoção do desenvolvimento sustentável de seis Territórios da Cidadania (TCs), por meio do uso da biodiversidade e de sistemas agroflorestais, e a geração de subsídios para aperfeiçoar as políticas públicas sobre uso sustentável e conservação da biodiversidade.

O Bem Diverso atua nos biomas Cerrado, Caatinga e Amazônia, reconhecidos pela importância socioambiental, mas ameaçados pelo desmatamento e aumento de práticas agrícolas insustentáveis. Nesses biomas, o projeto trabalha diretamente em seis TCs: TC Alto Rio Pardo (MG) e TC Médio Mearim (MA) no bioma Cerrado;

TC Sobral (CE) e TC Sertão de São Francisco (BA) no bioma Caatinga; e TC Alto Acre e Capixaba (AC) e TC Marajó (PA) no bioma Amazônia.

Os TCs são caracterizados por elevada biodiversidade; pela presença de espécies de plantas de importância econômica, manejadas por comunidades locais; pelo potencial para melhoria da qualidade dos produtos da biodiversidade, desde a coleta, passando pelo processamento até o consumo; e pela possibilidade para desenvolver ações com SAFs.

Contato

Parque Estação Biológica (PqEB), s/nº

70770-901 Brasília, DF

Fone: (61) 3448-4912

E-mail: contato@bemdiverso.org.br

www.bemdiverso.org.br





A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) é uma organização privada sem fins lucrativos de caráter regional, criada e liderada por agricultores(as) familiares e extrativistas do coco-babaçu. Fundada em 1989, a Assema tem sede na cidade de Pedreiras, localizada na parte central do estado do Maranhão, e tem por missão promover a melhoria da qualidade de vida das famílias agroextrativistas. Instituição parceira do projeto Bem Diverso no Território da Cidadania do Médio Mearim, no Maranhão, a Assema promove a produção familiar, utilizando e preservando os babaçuais.

Os objetivos estratégicos da Assema incluem combater as desigualdades de gênero e geração; contribuir para a produção de alimentos seguros e diversificados destinados ao autoconsumo e mercados; gerar renda por meio da organização dos processos comerciais cooperativistas e associativos no mercado justo e solidário; apoiar ações de educação contextualizada em escolas públicas rurais e de alternância; e empoderar os sujeitos para a intervenção nos espaços de tomada de decisão em políticas públicas destinadas à agricultura familiar.

A Assema é uma entidade plural que incorpora segmentos e ações diferenciadas, o que tem possibilitado amadurecimento na

forma de gestão participativa em que a orientação de suas ações parte das organizações de base. Para atender a essa dinâmica, conta-se com uma estrutura organizacional composta por áreas de Governança e Gestão Programática, Mobilização e Visibilidade.

Contato

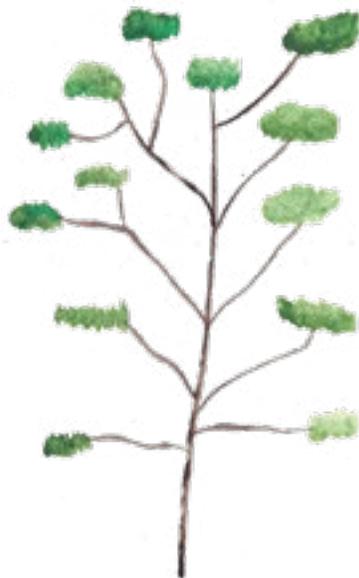
Rua da Prainha 551

Bairro São Benedito

65725-000 Pedreiras, MA

Fones: (99) 3642-2061 / (99) 3624-2152 / (99) 3634-1463

www.assema.org.br





Impressão e acabamento





Patrocínio



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

ISSN 978-65-86056-74-7



9 786586 056747

CGPE 15726